

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

MEDICALIZAÇÃO INFANTIL: DISCRIMINAÇÃO DE CRIANÇAS COM
TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS NA ESCOLA.

Carolina Pinaffi Valerio, autora, acadêmica do Curso de Psicologia, da Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil; Camila Carmona Sabater, autora, acadêmica do Curso de Psicologia, da Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil; Viviana Velasco Martinez, Co-autora e orientadora, professora doutora do Departamento de Psicologia, coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Psicanálise e Civilização, da Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil.

contato: carolinavalerio6@gmail.com

RESUMO

Este trabalho faz uma revisão da literatura que discute a prática indiscriminada de medicalização infantil nos dias de hoje. Nosso objetivo é discutir os possíveis desdobramentos da patologização da infância que se dá na forma de estigmatização da criança “doente”, a expulsão silenciosa da escola e, finalmente, a preparação de um consumidor cativo da indústria de medicamentos por tempo ilimitado. Tal processo que se inicia cedo graças à mediação da autoridade da Escola. É aí onde surge o primeiro “diagnóstico” do aluno e que, posteriormente, será endossado por diferentes profissionais da saúde, os psicólogos entre eles e, principalmente, os médicos que são os que formalizam tal diagnóstico e autorizam o uso de remédios na infância. Abordamos o uso da medicalização como um recurso introduzido na Escola para normatizar o comportamento da criança, encobrindo assim os graves problemas estruturais. Trata-se de um novo higienismo que tenta neutralizar as manifestações da natureza humana – aquelas que se manifestam inquietamente nos anos infantis –, medicando a infância.

PALAVRAS-CHAVE: Medicalização infantil; higienismo escolar; psicanálise.

INTRODUÇÃO

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

Este trabalho tem como objetivo discutir a estigmatização que se opera nas escolas, decorrente do processo de patologização da infância que justifica a medicalização indiscriminada. Como uma consequência, muitas crianças/alunos recebem rótulos, levando a uma segregação dentro da própria escola e no meio social infantil. E isso é problemático, em diversos sentidos, sobretudo se considerarmos que são pessoas que ainda estão em processo de formação egoica e terminam internalizando certos rótulos como “você é lento”, “você é deficiente”, “você é doente e precisa de remédios” intensificando a dificuldade primária. Dessa maneira, a “criança doente”, inicia um percurso que culminará com o abandono da escola, pois o seu fracasso já está anunciado nessa forma silenciosa de expulsão que a escola opera ao patologizar a criança. Mas devemos dividir a responsabilidade, pois além da autoridade da Escola, pesa também a autoridade do psicólogo e, sobretudo, do saber médico, o que, sem dúvida, favorece à formação de consumidores de remédios desde muito cedo.

É nesse sentido que consideramos estarmos diante de novas formas de higienismo atuantes na sociedade, que tendem a normatizar e classificar o indivíduo sem dar atenção a sua individualidade, enquanto crianças, e nem aos determinantes sócios histórico do fracasso da Escola, ou mesmo, da família. Nesse contexto, os graves problemas vinculados à Escola e à família se escondem sob o diagnóstico patologizador da criança, de tal maneira que as responsabilidades se desfazem sob o argumento de se tratar de uma genética falha, a ser corrigida com medicamentos.

Isso vai de acordo com uma ideologia social, representada pela Escola, que exige indivíduos padronizados e moldados para a obediência e, portanto, para a produção e para o consumo, inclusive de medicamentos. Como detentora do poder de normatizar e formadora de pessoas que reproduzam esse padrão, a Escola está autorizada a dar o primeiro passo na identificação do que seria doença, por exemplo, com seu diagnóstico indiscriminado de TDAH. Assim, a responsabilidade é deslocada da Escola para a criança e da criança para a família, pois se trata de um problema genético. Por sua vez, a família, desculpada por se tratar de um problema que extrapola a sua vontade e, mesmo, quaisquer ações de cuidado, procura no médico a confirmação e o remédio.

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

A PATOLOGIZAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA: O NOVO HIGIENISMO

A história da educação brasileira ganha significação no final do século XIX e começo do século XX, influenciada pela cultura europeia que tinha como base um modelo de ensino pautado pela ideologia medico-higienista. Nesse modelo, ficava em destaque uma intensa preocupação com métodos de controle social, exercidos através do cuidado científico e médico que se acreditavam necessários para que a família conseguisse, por sua vez, também se adaptar à urbanização crescente, adotando recursos que acreditavam podiam propiciar o surgimento de um “conceito de família “perfeita””. (LUENGO, 2010, p.33)

Essa nova cultura surge guiada por um suposto saber, influenciando todo o contexto social, principalmente a Escola, que tem como principal atribuição moldar futuros cidadãos disciplinados e submissos. Para isso, os higienistas tomam conta dos espaços e, sobretudo, diz Luengo (2010), dos corpos, já que eles podem ser manipulados, modelados, treinados para a obediência conforme estabeleciam os detentores do poder, que estavam representados pela figura medica.

Talvez possamos situar os germes dessa ideologia na teoria criada por Daniel Gottlieb Moritz Schreber (1808-18461), chamada de Ortopedia moral. Pai do célebre Daniel Paul Schreber, autor de Memórias de um doente dos nervos, livro analisado por Freud, Daniel Gottlieb Schreber terá grande reconhecimento em toda a Europa ao definir os princípios da sua teoria em torno de uma educação rígida pautada no princípio da anulação do desejo da criança, a obediência cega, a disciplina do corpo, limpeza, ordem de tal maneira a fazer coincidir uma moral reta a uma postura ereta (Mannoni, 1988). Criador de aparelhos que corrigiam a postura e as funções corporais – sobretudo para impedir a masturbação, Schreber os aplica na educação dos seus filhos e de uma maneira tão invasiva que teria ocasionado grandes conflitos psíquicos nos mesmos. Um deles de mata e o outro, o do caso Schreber, de Freud, desenvolve uma paranoia grave, onde deus toma o lugar do pai, transformando-o em mulher para gerar a nova raça humana. O interessante é era o pai quem precisamente procurava, através de uma educação rígida e do controle do corpo – a Ortopedia Moral -, dar lugar a um novo ser perfeito.

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

É dessa maneira que o higienismo introduz modificações também nas escolas, onde começa a funcionar um sistema de “clínicas de higiene mental nas escolas e a instituição de diversos dispositivos normalizadores: a inspeção médica, a ficha sanitária do aluno e a figura do professor soldado” (LUENGO, 2010, p.40)

Junto com esses recursos normatizadores temos, também, a preocupação com o controle das crianças, para que tudo o que é da ordem da sexualidade seja contido, da mesma maneira como devia se manter a disciplina. Os castigos, para quem não respeitasse a ordem estabelecida, eram exemplares, pois palmatórias e demais métodos, estavam permitidos.

Mas, estamos hoje muito longe desses tempos de controle da vida, dos costumes e da sexualidade da população, contudo, a ideologia fortemente instaurada na escola, ainda se atribui a tarefa de formar futuros homens, de acordo com certas ideias, sobretudo os de disciplina, obediência e passividade, aliados a um bom desempenho escolar, bom comportamento e boa saúde. Isso justifica que, para aquelas crianças que não consigam manifestar nelas os germes daqueles futuros bons homens, a escola deverá desdobrar diferentes ações preventivas, ou, pelo menos, isoladoras desses casos para que não contaminem os que são melhores.

Isto levanta diferentes problemas, em primeiro lugar, um ideal de homem, que surgiria de um ideal de aluno, é, simplesmente, um ideal que não corresponde à realidade, ao homem como ele é, à criança como ela é. Precisamente, um dos grandes impasses entre as concepções de homem da Pedagogia e da Psicanálise, afirma Mannoni (1988) está em que para a primeira, o que importa é o homem como deveria ser, já para a Psicanálise, interessa o homem como ele é, com suas limitações, seus sofrimentos, sua potencialidade, seu desejo etc. Dentro deste ponto de vista do ideal, o que fazer com o que é real? São inúmeras as formas de sofrimento psíquico e material que atingem a vida infantil. Coisas do cotidiano, desde conflitos familiares, pobreza, ou, mesmo, problemas na escola passam efetivamente a se traduzir em problemas escolares. Não só porque a criança passa um grande tempo da sua vida na escola e porque nela se desenrola uma das atividades mais importante, em termos de alfabetização e convívio social/cultural, para além da família, mas também porque nesse contexto, extremamente complexo, temos todas as condições negativas para o desenvolvimento da criança. Ao

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

final de contas, diz Mannoni (1988), a Escola é o segundo lugar onde se desenvolvem as neuroses infantis.

Mas, tais formas de sofrimento psíquico, dissemos, se apresentam quase totalmente na forma de problemas escolares. Contudo, a grande questão nesse contexto é que vai se operar uma surpreendente inversão, de tal maneira que a Escola, que se baseia na negação, vai deslocar a fonte do conflito de si para a criança, ao final de contas, o que pode valer a palavra desta última? Isso de tal maneira que problemas inerentes à própria Escola – problemas estruturais, físicos, políticos, de má formação dos seus professores e, sobretudo, de desvalorização dessa função – e que se traduzem, por exemplo, em desempenho escolar deficiente ou em evasão escolar, são diagnosticados como problemas exclusivamente da criança.

Nos anos 90, os olhares se voltaram para os problemas familiares da criança. Salazar (1996) considera que a responsabilização da própria criança pelo seu insucesso escolar naturalizava uma incapacidade para aprender. E ao atribuir as causas do fracasso à criança, a escola não precisa criar soluções internas, basta simplesmente transferir essa responsabilidade para a área psicológica, “assim a escola pressiona os pais a encaminharem o aluno que ela considera problemático ao psicólogo para que este avalie e/ou trate dos seus "problemas escolares" (SALAZAR, 1996).

A solução, na época, então, eram encaminhamentos massivos para os consultórios psicológicos para que a criança seja consertada. Enquanto isso, um dispositivo cruel ficou em andamento, na própria escola, para isolar, separar essas crianças-problema, para que não “contaminassem” ao resto. Surgiram assim, as salas especiais, onde teoricamente, as crianças com dificuldades de aprendizagem, enquanto faziam seus tratamentos psicológicos, teriam um acompanhamento apropriado. Acontece que, de pronto, as salas especiais estavam lotadas e, pelo fato de seus alunos já estarem marcados pelo estigma da burrice, da incapacidade, dos sem solução, não restava mais nenhuma esperança a eles, pois seriam os próximos a abandonar a escola.

Felizmente, dois pontos de vista começam a pressionar para que se repensasse essa prática de segregação comandada pela própria escola. Por um lado, começa a se criticar a falta de competência da escola para lidar com essas crianças que não se adequavam ao modelo ideológico que regia esse contexto. Por outro lado, se contesta a proliferação de laudos expedidos pelos psicólogos, atestando a incapacidade da criança

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

– mesmo que fosse por problemas relacionados à família – e seu encaminhamento a salas Especiais na escola. O interessante trabalho de Maia (1997) intitulado “Avaliação psicológica: uma reflexão sobre laudos” conclui que a maioria dos laudos feitos por psicólogos e analisados pela autora, indicavam que mal se sustentavam tecnicamente. Eram laudos mal feitos, sem justificativa, sem análise e avaliação competente, mas que tinham como efeito a condenação das crianças à sala Especial.

Com esses laudos, afirma Salazar (1996), muitos psicólogos acabaram por patologizar a criança numa pseudodeficiência mental.

(...) É possível dizer que esse documento, que tem a pretensão de se mostrar um instrumento útil, em favor e em defesa do aluno que passa por uma avaliação psicológica, para promover, defender, preservar e garantir o seu desenvolvimento global dentro da escola, frequentemente não é mais do que parte de um engodo ainda presente na escola que se fundamenta ainda em antigos paradigmas e concepções psicológicas, ultrapassadas, que já não podem ser sustentadas nesse cotidiano, a não ser para fundamentar a estabilização e a cronificação desse processo patológico sobre as crianças socialmente menos favorecidas. (SALAZAR, 1996, p.8).

Hoje, e há muito tempo, não temos mais salas especiais, e a criança que apresenta problemas de aprendizagem, não é mais imediatamente encaminhada ao psicólogo. Hoje, diante dos mesmos problemas de aprendizagem, e, ainda devido à negação da Escola, das suas responsabilidades, ela encontrou outro método e outro agente mais eficaz: a autoridade do psicólogo foi substituída pela autoridade médica. Nesse contexto, se diagnostica que a criança não tem mais problemas psicológicos, mas seu problema talvez seja mais grave, ela tem um transtorno, de origem genética, inevitável, por tanto, cujo único tratamento é medicamentoso.

HIGIENIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO INFANTIL

A medicalização infantil, assim, foi adotada, nos últimos anos como um recurso útil e normal para resolver as muitas queixas de professores no âmbito escolar. A negação diante da falta de competência que pode se atribuir à Escola, não só está no seu discurso medicalizador para a infância, mas também na sua impossibilidade de fazer

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

uma autocrítica. Dentro deste ponto de vista é mais fácil para a Escola culpabilizar os alunos, o elo mais frágil da situação, ou, mesmo, e mais fácil, à genética.

Assim, hoje não há mais castigos para conter a infância, para torná-la o adulto ideal, também não há mais salas Especiais, como a porta de saída dos fundos da escola. Hoje há algo mais eficaz e incontestável e é a doença, o transtorno que, como tal, deve ser medicado. A infância, dessa forma é medicada para ser disciplinada.

Se escola se construiu sob influência médica permeada pelas ideias higienistas, vimos, onde se estabeleceram divisões binárias, como: normal-anormal, ordem e desordem, até chegar em raças inferiores-superiores (Luengo, 2010), hoje essa divisão é feita entre crianças sadias e doentes. Estas últimas, são o alvo do tratamento, mas também da rejeição dos indivíduos, isto é a própria escola é a primeira a rejeitar tais crianças. Instituída de um saber médico, a própria escola inicia o processo de destruição da subjetividade da criança que, por desígnio divino, nasceu com um transtorno irreversível, mas passível de contenção química.

Com essa visão, renovadamente higienista na escola, temos a continuidade dessa prática de banimento das crianças por mau comportamento, talvez pelo fato de serem mais agitadas ou mais críticas, ou de serem simplesmente crianças.

Por outro lado, e para além da própria ideologia da escola, vale ressaltar que ela também é moldada segundo os interesses da produção, o que diz respeito também a uma regulação social. Isso significa, por um lado, que os mais aptos são valorizados pela cultura, mas, por outro, significa que descarta-se aquilo que não serve. Mas este descarte, que é promovido pela Escola, tem uma função também importante para nosso sistema, e mais cruel, que é a de manter pessoas numa situação socialmente desfavorecida, aqueles que se encarregarão das tarefas menos remuneradas e reconhecidas da sociedade. Uma reprodução da pobreza, com finalidade de manter a riqueza de poucos.

Obviamente há as ações intermediárias, por exemplo, iniciar o tratamento desses problemas o mais cedo possível, o que leva à patologização e medicação da infância indiscriminadamente. Referimos-nos especificamente à criação da necessidade do uso de psicofármacos para lidar com aquelas crianças que se destacam em sala de aula, por serem um problema para a Escola. Portanto, e ainda sob influência das ideias higienistas

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

e sob poder do capitalismo, as escolas adotam esse meio para silenciar o desejo da criança, com a cumplicidade da família, dos psicólogos e dos médicos.

Segundo Luengo (2010), termos como “fracasso escolar” servem para criar uma marca, estigmatizar aqueles que se “desviam” - o “aluno problema”-, que seriam todos aqueles que não conseguem acompanhar de forma “eficiente” os outros alunos. Na realidade, trata-se do fracasso da escola – que não consegue lidar com a diversidade -, que desloca a sua responsabilidade para a criança, ou melhor, para a doença da criança.

Assim, foi necessário patologizar a infância, como forma de se eximir de qualquer culpa, tanto diante das falhas que possa ter ao executar seu papel de educar, quanto de vigia e padronizador das relações humanas. Para isso, é necessário encontrar uma causa maior que explique e encubra o seu fracasso: a doença. Assim, “a ciência médica atravessou o âmbito escolar e hoje a escola é um dispositivo institucionalizado, que foi produzido e produziu relações de saber – poder” (Luengo, 2010, p. 61).

Luengo (2010) discute essas relações de poder a partir do conceito de panoptismo, de Foucault (cit. por Luengo, 2010, p. 61), que descreve “todos os mecanismos de poder que são dispostos em torno do anormal com o intuito de marca-lo e modifica-lo”, e o associa à ideia de patologização, pois a finalidade é a mesma, a de tornar os indivíduos dóceis e úteis.

Transpondo a ideia para a patologização escolar, pode se dizer que é algo externo que influencia e modifica a subjetividade do indivíduo, ou seja, patologizar é o próprio ato de apontar no diferente uma doença que, mesmo inexistente, passa a ser reconhecida e diagnosticada pela equipe escolar e de saúde. Esse ato, além de estigmatizar o indivíduo classificando-o como anormal, ainda busca, através de justificativas sociais, afirmar a patologia, o que pode desencadear como consequência o ato da medicalização (LUENGO, 2010, p.64).

Assim, o conceito panóptico se assemelha ao ato de patologizar, precisamente pelos efeitos que provocam ao rotular e segregar, neste caso, as crianças. A falta de preparo e de criatividade da Escola, a leva a substituir a sua função de formação e de educação, pela de vigilância e de diagnóstico.

Muitas vezes, a concepção de criança que o educador possui não permite que ele a veja como um ser individualizado e atravessado

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

historicamente, o que pode transformar o seu discurso no discurso de um sujeito infantil universal, ideal e abstrato, produzido apenas pela razão, obedecendo de forma padronizada às características lógicas próprias da idade à qual pertence. Essas peculiaridades resultam de uma uniformização, o que produz uma homogeneização da educação. Assim, toda e qualquer criança que se desvia do padrão considerado “normal” acaba sendo vista como problemática e uma nova necessidade passa a ser produzida, fazendo com que os educadores venham a solicitar “cuidados” dos profissionais da área médica, com o intuito de detectar distúrbios e posteriormente corrigi-los (LUENGO, 2010, p. 65).

Notavelmente a atuação do psicólogo na escola tem cooperado com o aumento da patologização. Isso porque, segundo Salazar (1996) a formação está fortemente calcada no modelo médico e tendem a utilizar o modelo clínico de forma indiscriminada, patologizando qualquer ocorrência inclusive as questões sociais. Os psicólogos “tentam encontrar a doença, o distúrbio, o desvio que explique e justifique o problema. 'Doença' preferencialmente biológica, mas sempre localizada no indivíduo, isentando de responsabilidades o sistema educacional.” (COLLARES E MOYSÉS, 1992, apud Salazar, 1996, p. 6). A isso podemos acrescentar, também, as deficiências na formação que por algum motivo impede ao profissional de psicologia de olhar para o outro como um ser humano, para além da personificação do anormal, do doente.

Como desdobramento dessa patologização temos que toda criança, ao ser rotulada de problemática, incapaz e doente, adota para si esse papel segregador, acreditando mesmo que ela é incapaz

Esses rótulos atribuídos às crianças que apresentam dificuldades na escola e que se firmam nesse processo de avaliação diagnóstica que culpabiliza o aluno ao localizar nele o problema, não interferem apenas na vida escolar, mas também em todo o desenvolvimento da personalidade, da autoestima, do autoconceito. Desse modo, a criança introjeta a 'doença' e passa a se considerar doente, mantendo assim esses rótulos cruelmente ligados à vida. (COLLARES E MOYSÉS, 1992 apud SALAZAR, 1996, p. 6)

A PSICANALISE FRENTE MEDICALIZAÇÃO ESCOLAR

Vimos que a escola esconde seu fracasso de guardião e controle das pessoas, desde a infância – o que dizer de sua função educadora e formadora? – patologizando a

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

infância, com o aval médico e familiar. Isso não só está a serviço do controle social, como sustentamos, mas corresponde também a um fenômeno psíquico marcante nos nossos vínculos afetivos.

Referimos-nos à angústia que causa em nos quando estamos diante do diferente. O nosso narcisismo exige que o outro sempre seja parecido a nos mesmos, sobretudo para não deixar emergir uma ambivalência conflitante. Desse ponto de vista, podemos analisar o fenômeno da medicalização, liderado pelas escolas, que objetiva uma padronização geral da população, dissemos, a partir do fenômeno denominado por Freud (1930/2010) de “narcisismos das pequenas diferenças”.

Significa que, na cultura, o homem necessariamente vive e tem que se manter em grupo. Para manter essa coesão, é necessário que desvie e expulse suas pulsões agressivas e as dirija para uma parcela fora do grupo que provavelmente será segregada. Como o autor expressa: “Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade” (FREUD, 1930/2010 p. 80-81).

Se reduzimos o grupo social amplo para o da escola, podemos argumentar que para a escola se manter em ordem, de forma coesa, precisa também que exista uma parcela segregada, que será aquela que menos se parece com o esperado socialmente. É aí onde precisamente encontramos a criança que não age de acordo com os parâmetros higienistas atualizados na escola e na ação médico-psicológica, cuja condição somente se justifica por que estaria doente. Isso justifica a medicação, pois traz a promessa de cura, de normalidade.

No entanto, o que a escola não leva em consideração é que o desenvolvimento da criança na escola é reflexo do seu direcionamento de libido, ou seja, ela precisa estar ligada libidinalmente ao objeto do conhecimento para que o mesmo faça sentido. É isso o que nos torna precisamente diferentes, pois é comum que indivíduos lidem de forma diferente com o conhecimento, com os fatos da vida, com as emoções, de tal maneira que o que faz sentido para uns, pode ser totalmente indiferente para outros. No entanto, a sociedade higienista espera seres humanos completos e que correspondam de forma concreta a todas as expectativas sociais. É assim que as ideias escolares estão na contramão da subjetividade humana, por isso Freud (1930/2010) afirma que educar é

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

uma tarefa impossível. Nesse sentido, não só temos o fracasso escolar como o resultado de uma pedagogia rígida, autoritária e violenta. (VASCONCELLOS, 2006).

Mas a escola fracassa também aí onde não dá conta da natureza humana, agindo com repressão, indiscriminadamente, diante do desejo humano. É assim que, muito cedo, a escola começa o trabalho de anular sistematicamente as capacidades hermeneutas da criança, ou a pulsão que Freud chama de epistemofílica, aquela que impulsiona o ser humano, desde muito cedo, em direção à pesquisa, ao querer saber, a começar pela sua própria origem. É desejo, pois, que move as descobertas...

Sem dúvida, que em nome da civilização, é necessário que o homem se submeta ao princípio de prazer renunciando à satisfação imediata e indiscriminada (FREUD, 1930/2010). Mas, como não se renuncia a um prazer já experimentado, a tarefa da cultura será, pois, de oferecer mediações para a satisfação pulsional com substitutos, favorecendo as produções sublimatórias. Mas, se anulamos o desejo da criança, o que ela poderá aprender? Como poderá encontrar no conhecimento uma fonte de prazer?

É neste território do desconhecimento da natureza humana que a escola opera sua prática higienista, patologizando a infância, anestesiando junto qualquer possibilidade de expressão da sua subjetividade e da sua criatividade. Assim, na escola, quando corriqueiramente diagnosticamos a criança, que é agitada por natureza, de hiperativa, visamos controlar com a medicação, tanto o seu corpo, quanto a sua alma. Como é atual o pensamento de Daniel Gottlieb Moritz Schreber. Um verdadeiro higienista!

CONCLUSÃO

A diversidade como se manifesta a subjetividade humana desafia o conservadorismo da escola e a leva a adotar medidas extremas, como a medicalização indiscriminada e precoce da infância. Mas essa patologização, longe de fazer bem – salvo as exceções, isto é, as situações em que efetivamente a criança pode se beneficiar com a prescrição médica –, termina sendo um instrumento de segregação daquelas pessoas – as crianças na escola - que não se enquadram no modelo social idealizado. Haveria, assim, um estranhamento entre a natureza da criança e o universo adulto. É

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

verdade que a criança deve deixar o princípio de prazer, para ser regida pelo princípio de realidade, mas, para isso, são necessárias as mediações. São estas mediações que parecem estar faltando à escola, de tal maneira que sua ação é extrema e eis aí que ela joga fora a criança junto com a água suja da banheira. É o efeito do narcisismo das pequenas diferenças aliado à ideologia de controle que leva à escola a aperfeiçoar seu método de segregação, para selecionar as melhores crianças e as mais adaptadas. Hoje, se faz isso com a medicalização da infância. Um método científico que “Concerta” – nome comercial de um dos psicotrópicos mais usados na infância, o cloridrato de metilfenidato - o que estaria estragado: a infância? Nome estranho, pois sonoramente é igual ao verbo consertar, que significa, conforme o dicionário on line (s/d), remendar, restaurar, corrigir, emendar, remediar. Mas, a palavra com c, Concerta, significa também, “algum acordo, um pacto entre várias pessoas” (Dicionário on line (s/d). Um pacto firmado pela escola, a favor da máquina poderosa da indústria de remédios, mediada pelos higienistas dos dias de hoje.

Medicalizada a infância, não só se separa o normal do anormal, mas se cria uma cultura do adoecimento que garante a continuidade da doença também na vida adulta e, portanto, a continuidade do consumo de remédios.

Isso é um bom negócio, pois não é por acaso que as perspectivas de crescimento dessa indústria apresentam indicadores promissores.

Em oito, anos aumentou 1616% o consumo de Metilfenidato, princípio ativo dos remédios Ritalina e Concerta, receitados para crianças com hiperatividade ou déficit de atenção. Em 2000, foram vendidas 71 mil caixas desses medicamentos no Brasil. Em 2008, as vendas atingiram 1,14 milhão. Amplamente difundido, o Metilfenidato ganhou o apelido de “droga da obediência”. Fonte: Jornal do Conselho Federal de Medicina (cit. por De Luccia, 2014, p. 18, n. 5).

REFERENCIAS:

DICIONÁRIO. Disponível em <<https://duvidas.dicio.com.br/conserto-ou-concerto/>>, acessado em 16/09/2016.

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

FREUD, S. Mal-estar na civilização, in Obras completas. São Paulo: Companhia das Letras. 1930/2010

LUENGO, F. C. A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 142 p. ISBN 978-85-7983-087-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MANNONI, M. Educação impossível. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

SALAZAR, R. M. O laudo psicológico e a classe especial. Brasília: Psicologia: Ciência e Profissão, vol. 16 no. 3, 1996.

VASCONCELLOS, F. M. d. O que pode a psicanálise frente aos impasses escolares?. 2006. Disponível em:

<www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000032006000100033&script=sci_arttext> acessado em :17/07/2016